****

**MINISTÉRIO DA CULTURA**

**Seminário Latino-Americano de Informações e Indicadores Culturais**

**Local**: Mercure Brasília Eixo Hotel (SHN BL G, Brasília).

**Data**: 15 e 16 de dezembro de 2015.

Nos dias quinze e dezesseis do mês de dezembro de dois mil e quinze teve-se início o Seminário Latino-Americano de Informações e Indicadores Culturais.

**ABERTURA 15/12/2015:**

Iniciando a Mesa **“MinC Números”,** o Mestre de Cerimônia convidou para realizar a mediação da mesa a Sra. Laura Moraes; o Secretário de Políticas Culturais do MinC, Sr. Guilherme Varela; e a Subsecretária de Planejamento, Orçamento e Administração, Sra. Ana Flávia Cabral Souza Leite. A Sra. Laura Moraes agradeceu a presença de todos e explicou que a ideia de propor essa Mesa foi através de uma reflexão preliminar da perspectiva da transparência dos indicadores do Ministério da Cultura. O Sr. Guilherme Varela cumprimentou a todos e discorreu que a Secretaria de Políticas Culturais é responsável por utilizar o principal instrumento de planejamento do setor da Cultura, chamado “Plano Nacional de Cultura”, para monitorar e para interligar as políticas do Ministério. Ponderou que cabe a essa Secretaria desenvolver ferramentas, desenvolver uma expertise e realizar a articulação ministerial para que as metas e objetivos do Plano Nacional de Cultura sejam cumpridos por todas as áreas. Comentou que é necessário que se tenha uma compreensão de integrada de plano e sistema e que, o Plano Nacional de Cultura começou a ser discutido em 2003, como uma resposta de planejamento estatal, na qual foi aprovado em 2010. Articulou que o Plano possui 53 metas, que trazem prioridades que devem ser cumpridas e salientou que estão no momento de revisão das metas do Plano. Postulou que para o monitoramento do Plano é necessário um Sistema de Informações e Indicadores Culturais que realmente seja eficiente e apto para trazer insumos que permitam avaliar efetivamente as políticas e seu desempenho e que, esse sistema sirva para aplicar essas informações em cada uma das áreas e corrigir rumos. Explanou que as metas do Plano foram divididas em cinco classificações: metas estruturantes, metas por prazo de execução, metas por tipo, metas por tema e metas por governabilidade. Explicou cada tido de meta e apresentou os indicadores da qualidade de informação e do desempenho da meta. Relatou que as maiorias das metas estão em uma situação muito insatisfatória por uma série de fatores, o que leva ainda mais a necessidade de realizar uma revisão do Plano. Expôs um exemplo de acompanhamento e o histórico de relação das metas. Ressaltou que o processo de revisão passou pela Coordenação Executiva do Plano e pelo Grupo de Trabalho, sendo que estão propondo realizar uma redução em 10 metas, ajustes técnicos em 28 metas, ampliação em sete metas, alteração da finalidade em sete metas, exclusão de uma meta e a criação de três metas. A Sra. Laura Moraes agradeceu pela apresentação e convidou para compor a Mesa a Secretária de Cidadania e Adversidade, Sra. Ivana Bentes, passando a próxima apresentação. A Sra. Ana Flávia Cabral Souza Leite cumprimentou aos presentes e arrazoou que na área técnica do MinC não havia um tratamento das informações, então, trabalharam em um cenário de total inexistência de interesse de se produzir os dados que pudessem subsidiar a aferição dos resultados das políticas. Elucidou que foi discutida a possibilidade de implantação de um modelo de gestão que permita produzir dados técnicos, que possam informar a aferição e a leitura dos resultados do ponto de vista do Plano e do SNIIC. Explicou que as demandas de produção de informação, no contexto da área meio, possuem a finalidade de compor as necessidades de leitura das políticas da área final e de responder ao aparato burocrático. Discorreu que o orçamento foi aquém do desejado e apresentou o cenário real orçamentário do Ministério da Cultura. Salientou que o Ministério acredita que a produção dos dados técnicos de acompanhamento de execução orçamentária e de qualidade de execução financeira é de suma importância para construir um Sistema de Informações e Indicadores da Cultura, seja por uma questão de transparência, seja por uma questão de legitimidade dos próprios pleitos da área meio. Arrazoou que a área meio vem se prestando a fornecer e produzir dados que possam subsidiar a leitura da área final, sendo que a ideia é compor entendimentos a respeito do resultado das políticas e conseguir traduzir para as áreas meio da Administração Central a aproximação do que é o resultado associado de fato com orçamento necessário. A Sra. Ivana Bentes cumprimentou a todos e discorreu que o Programa Cultura Viva é uma política que está definitivamente incorporada às políticas culturais do Brasil. Explanou que a Cultura Viva funciona de forma super capilarizada, estando em 26 estados e em 1000 municípios e que, possuem convênio com as redes estaduais e municipais de cultura, que se dão através do SCONV em uma parceria em que o Ministério da Cultura entra com 2/3 dos recursos. Ponderou que existem pesquisadores que estão trabalhando com os pontos de cultura, que estão fazendo uma experiência de trabalhar a partir de dados qualitativos e informou que na promulgação da Lei Cultura Viva em 2014, estava previsto o refinamento dos dados e que, neste ano foi elaborada uma instrução normativa que regulamentou a Lei Cultura Viva e trouxe novas ferramentas. Articulou que dentro da instrução normativa, além da simplificação de contas, foi lançada uma proposta de autodeclaração dos pontos de cultura, que tem como objetivo fundamental elaborar o mapa não apenas daqueles que já ganharam um edital, para certificá-los. Relatou que na plataforma de certificação dos pontos de cultura o mais importante são as informações que serão dadas para troca das mesmas e comunicou que a plataforma, que foi lançada há dois meses, teve 17.342 acessos, 826 cadastramento de grupos, sendo que 404 finalizados e em processo 422. Postulou que a ideia é que a plataforma seja utilizada também no celular, como um aplicativo para a rede de trocas, que poderá gerar índices e dados que poderão ser extraídos e analisados para se tornar políticas públicas novas. Elucidou que o diálogo com outras políticas públicas será decisivo para mapear, cartografar e entender quem são os pontos de cultura, que linguagem é trabalhada nos mesmos e como podem colaborar para que se tornem sustentáveis. O Sr. Carlos Paiva explicou que dará um panorama de como as iniciativas políticas de fomento podem ou devem contribuir para tenham informações e indicadores na cultura, tanto do ponto de vista da gestão pública, quanto do ponto de vista da iniciativa privada. Arrazoou que possui no PRONAC, no incentivo fiscal, um grande volume de informações que já são geradas e que, através do SALIC pode ser identificado qual foi o investimento realizado ano a ano. Destacou que o SALIC não mostra onde o projeto foi realizado, porém, discorreu que o SALIC NET possui um número considerável de informações. Ponderou que o incentivo fiscal impacta em muitas das metas do Plano Nacional de Cultura, pois muitas vezes a informação não está sendo captada e notificou que junto com a UFU estão fazendo um estudo para tentar levantar o dado de investimento que o Governo Federal e Estadual fez em cultura em 2014 e 2015, visto que a ideia é elaborar uma metodologia para identificar de forma periódica e de forma analítica, de comparativos de procedimentos e de informações básicas. Expuseram alguns dados do Vale Cultura, quais são as informações que ainda são necessárias e quais são os ajustes no módulo de incentivo fiscal, finalizando a apresentação. A Sra. Cláudia Queiroz questionou ao Sr. Guilherme Varela se na avaliação feita foi identificado os seis eixos da música que foram apagados do PNC e se pretendem reconduzir as metas ao Plano Nacional de Cultura, que será revisto. O Secretário de Cultura de Curitiba, Sr. Marcos Antônio Cordioli, indagou como é que podem construir uma política conjunta para incluir no sistema os dados dos municípios. O Sr. Rodolfo Nazareth Junqueira Fonseca questionou a Sra. Ivana Bentes como está sendo pensando no diálogo a inserção dos pontos de memória dentro da Cultura Viva e o Sr. Álvaro Santi indagou se tem como identificar se está havendo uma concentração do Vale Cultura apenas nas grandes empresas. O Sr. Guilherme Varela compreendeu que partem do princípio de que a construção de um sistema nacional tem que ser um sistema federativo que consiga dar condições para que os estados e municípios também possam elaborar o seu banco de dados. Elucidou que a perspectiva primeiramente é criar a plataforma que foi apresentada e dar um apoio para os municípios que propuserem a fazer. Com relação à questão da música, ponderou que quando as metas foram estabelecidas depois de uma consulta pública e do fechamento, vários outras metas de outros segmentos também ficaram fora do Plano. Salientou que será avaliada a questão e que, precisam trazer de volta o pleito de volta pela área da música. A Sra. Ana Flávia Cabral Souza Leite ilustrou que a preposição do Sr. Marcos Antônio Cordioli tem norteado uma discussão atual, exatamente de estabelecer bases de comparabilidade e a Sra. Ivana Bentes enfatizou que os dados que alimentaram a base da plataforma Cultura Viva foram do SNIIC e dos editais, sendo que poderão cruzar os dados do IPHAN, do IBRAN e entre outros e trazer para a plataforma. Informou que em 2016, dentro da Cultura Viva, será trabalhado o Programa Cultura de Redes, que possui como objetivo a articulação. O Sr. Carlos Paiva explicou que há uma concentração nas grades do Vale Cultura, uma parte por uma concentração do próprio consumo e uma parte do gargalo operacional, a Sra. Laura Moraes agradeceu a Mesa pelo rico debate, em especial aos representantes das áreas do Ministério da Cultura, encerrando o primeiro dia de Seminário.